



História, Ciências, Saúde-Manguinhos

ISSN: 0104-5970

ISSN: 1678-4758

Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz

Fonseca Casazza, Ingrid

Desenvolvimentismo e conservacionismo na Era Vargas,
1930-1945: a atuação científica e política de Paulo Campos Porto
História, Ciências, Saúde-Manguinhos, vol. 27, núm. 2, 2020, Abril-Junho, pp. 411-430
Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz

DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702020000200006>

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=386163730006>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais informações do artigo
- ▶ Site da revista em redalyc.org



Sistema de Informação Científica Redalyc

Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal

Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto

Desenvolvimentismo e conservacionismo na Era Vargas, 1930-1945: a atuação científica e política de Paulo Campos Porto

Developmentalism and neo-conservationism in the Vargas Era, 1930-1945: the scientific and political work of Paulo Campos Porto

Ingrid Fonseca Casazza¹

¹ Pós-doutoranda, Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz.
Rio de Janeiro – RJ – Brasil
orcid.org/0000-0002-4695-0541
ingrid.casazza@gmail.com

Recebido em 27 jul. 2018.

Aprovado em 27 abr. 2019.

<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59702020000200006>

CASAZZA, Ingrid Fonseca. Desenvolvimentismo e conservacionismo na Era Vargas (1930-1945): a atuação científica e política de Paulo Campos Porto. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.27, n.2, abr.-jun. 2020, p.411-430.

Resumo

O artigo analisa a participação do botânico Paulo Campos Porto no aparelho estatal durante a Era Vargas, focando nas diretrizes que imprimiu ao Jardim Botânico do Rio de Janeiro em seu primeiro período na direção e na sua atuação à frente da Secretaria de Agricultura do Estado da Bahia. Pretende-se contribuir para a compreensão de aspectos da atuação de técnicos e cientistas na política varguista. Além disso, ao buscar compreender a aproximação do botânico com o governo varguista e como as instituições que administrou colaboraram com o projeto político desse período, procura-se tornar possível a percepção de algumas nuances do desenvolvimentismo como, por exemplo, uma aproximação com os preceitos do conservacionismo na ocasião.

Palavras-chave: política varguista; desenvolvimentismo; nacionalismo; conservacionismo; Paulo Campos Porto (1889-1968).

Abstract

The botanist Paulo Campos Porto's participation in the state apparatus during the Vargas Era is discussed, focusing on the guidelines he established for the Botanical Garden of Rio de Janeiro during his first years running the institution and also during his leadership of the Bahia state Department of Agriculture. The aim is to contribute to the comprehension of aspects of the work of scientists and technical specialists during the Vargas administration. Furthermore, by gaining an understanding of the botanist's involvement with this administration and how the institutions he ran collaborated with its political project, the idea is to enable the perception of certain nuances in developmentalism at the time, such as a convergence with the precepts of conservationism.

Keywords: Vargas policies; developmentalism; nationalism; conservationism; Paulo Campos Porto (1889-1968).



A partir dos anos 1980, como resultado de um processo de renovação historiográfica e da consequente ampliação dos objetos de pesquisa, diferentes espaços de atuação intelectual e o seu papel no desenvolvimento conceitual e no fortalecimento da prática científica no país foram contemplados nas pesquisas em história das ciências no Brasil. No âmbito desse processo foram realizados estudos detalhados sobre algumas das mais importantes instituições científicas brasileiras criadas na virada para o século XX, como o Instituto Oswaldo Cruz (IOC), o Butantan e as Comissões de Exploração, e também sobre instituições do século XIX, como o Museu Nacional (MN), por exemplo. Contudo, apesar da ampliação do recorte temporal das pesquisas e da diversificação dos objetos, podemos afirmar que ainda existem lacunas na historiografia das instituições científicas brasileiras.

A ausência de estudos sobre o Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ) no período republicano pode ser apontada como uma das mais significativas dessas lacunas. Embora esse seja um período da história do Brasil amplamente visitado pela historiografia das ciências, o JBRJ não tem recebido a atenção sistemática merecida como objeto de pesquisa. Ainda que estudos mais recentes sobre o tema estejam avançando o recorte cronológico, a ênfase das pesquisas sobre a instituição é maior até o período próximo à instauração da República no Brasil e nos anos imediatamente posteriores a esta (Casazza, 2011).

Assim como a história do JBRJ é repleta de lacunas, a trajetória de seus principais pesquisadores é, em grande medida, ainda desconhecida. Esse é o caso do botânico Paulo Campos Porto, cuja trajetória profissional foi dedicada quase integralmente ao JBRJ (mais de 45 anos) e ajuda a compreender muito da própria história institucional. Paulo Campos Porto (Figura 1) era neto de João Barbosa Rodrigues, o diretor de maior prestígio na história do JBRJ. Nasceu em 9 de janeiro de 1889, em Juiz de Fora, Minas Gerais. Em 1914, com o cargo de naturalista viajante, passou a fazer parte dos quadros do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, instituição da qual viria a ser diretor por duas vezes (1933-1938 e 1951-1958). É possível dizer que Porto prestou serviços ao Ministério da Agricultura (MA) desde 1908, quando trabalhou como diarista na Comissão de Discriminação de Terras em Itatiaia e Rio Preto. Além disso, existem registros de espécies coletadas por Porto e levadas para o JBRJ antes mesmo de 1914. Autodidata, o que era comum entre os de sua geração, provavelmente aprendeu seu ofício em família e legitimou os cargos que exerceu a partir de seu capital familiar e do pertencimento a uma linhagem de botânicos. Com a chegada de Getúlio Vargas ao poder, o botânico foi ocupando uma série de cargos na burocracia estatal que, embora o fossem afastando de suas atividades científicas, garantiram sua circulação por alguns órgãos de perfil técnico-científico importantes para a consolidação de uma política de gestão da natureza fundamental para o projeto desenvolvimentista do período (Casazza, 2017).

Este artigo analisa a participação do botânico Paulo Campos Porto no aparelho estatal durante a Era Vargas, com foco nas diretrizes que imprimiu ao JBRJ em seu primeiro período na direção e na sua atuação à frente da Secretaria de Agricultura do Estado da Bahia (Saeb). Assim, pretende-se contribuir para a compreensão de aspectos da atuação de técnicos e cientistas na política varguista e, ao mesmo tempo, colaborar com a história do JBRJ. Além disso, ao buscar compreender a aproximação de Porto com o governo varguista e como



Figura 1: Paulo Campos Porto, diretor do Jardim Botânico de 1934 a 1938 e de 1951 a 1961 (Acervo Museu do Meio Ambiente/Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro)

as instituições que administrou colaboraram com o projeto político desse período, tornando possível a percepção de algumas nuances do desenvolvimentismo como, por exemplo, uma aproximação com os preceitos do conservacionismo na ocasião.

Cientistas na política de Estado

Durante a década de 1930 muitos dos cientistas que se ocupavam de reflexões acerca da natureza assumiram cargos da administração pública ou estiveram lotados em órgãos técnico-científicos do Estado. Compartilhavam muitos pensamentos sobre o mundo natural e atuaram juntos em órgãos consultivos e fiscalizadores. Um perfil típico entre eles era o de cientista-funcionário público, e uma crença comum era a de que somente uma intervenção do Estado poderia garantir, ao mesmo tempo, o progresso e a conservação da natureza.

Com a chegada de Getúlio Vargas ao poder, esses cientistas vislumbraram o governo forte e centralizado que acreditavam ser o único capaz de proteger a natureza brasileira, que defendiam como um patrimônio nacional. A partir da participação na política de Estado, sobretudo por meio do MA, esses cientistas conservacionistas foram responsáveis por uma série de iniciativas para estabelecer medidas em prol da conservação do mundo natural no Brasil, incluindo a criação de leis referentes à regulamentação da exploração da natureza. Assim, atuaram na implementação de instrumentos legais que tinham como

finalidade o manejo racional dos recursos naturais (Pádua, 2004; Franco, Drummond, 2009; Duarte, 2010).

Alguns representantes desse grupo de cientistas envolvidos na elaboração da política voltada para a natureza brasileira nos anos 1930 foram Alberto Sampaio, Armando Magalhães Côrrea, Cândido Mello Leitão, Heloísa Alberto Torres, Frederico Carlos Hoehne e Paulo Campos Porto. A maioria desses cientistas citados exercia suas carreiras no MN, com exceção de Paulo Campos Porto e Frederico Carlos Hoehne. Porto, apesar de breve intervalo na década de 1940, teve sua trajetória profissional atrelada ao JBRJ, e Hoehne, embora tenha começado sua carreira como botânico e taxonomista no MN, teve uma atuação destacada na administração de diferentes institutos de pesquisa no país. Porto também se diferenciava dos outros por não ter publicações, principalmente educativas, sobre a questão da proteção à natureza no Brasil. Nesse sentido, sua atuação se deu mais na esfera política e na formulação de propostas e projetos de ação estatal.

Não devemos pensar nesses homens como um grupo homogêneo, pois, mesmo compartilhando espaços de atuação e muitas ideias acerca do mundo natural, por vezes foram convocados para trabalhar em diferentes projetos. Embora os preceitos conservacionistas fossem predominantes entre eles, alguns atuaram mais voltados para a conscientização da sociedade em relação à destruição da natureza do que na elaboração de projetos técnicos de manejo de recursos naturais. É importante lembrar também que, embora o governo tivesse forte interesse nos estudos acerca da aplicabilidade dos recursos naturais, a comunidade científica se dividia em relação a esse posicionamento do Estado. Existiam cientistas que eram contrários ao direcionamento de suas pesquisas de modo a contemplar projetos de aplicabilidade imediata da ciência (Nogueira, 1999).

É importante destacar que o MA foi o lócus privilegiado da aliança entre ciência e Estado para a gestão e o aproveitamento da natureza brasileira. Ainda nos primeiros anos do governo varguista, o MN passou para a subordinação do Ministério da Educação. Esse fato talvez explique a atuação diferenciada dos cientistas conservacionistas dessa instituição, mais focada, embora não só, em ações pedagógicas e de vulgarização da questão da proteção à natureza. Nesse período, sobretudo os técnicos e cientistas do MA, como Paulo Campos Porto, foram requisitados não apenas para emitir pareceres e elaborar anteprojotos de lei, mas para a realização de pesquisas de interesse estratégico, para a elaboração de planejamentos e para a composição de órgãos fiscalizadores.

A força e as nuances conformadoras do pensamento conservacionista no Brasil do início do século XX são as chaves para a compreensão da política protecionista de gestão da natureza brasileira criada nos anos 1930 e que contou com a ampla participação de homens de ciência em seu processo de elaboração e implementação. Desse modo, os cientistas conservacionistas eram homens do Estado que tinham convicção na política de manejo dos recursos naturais que estavam ajudando a implementar. Não podem ser pensados apenas como indivíduos que se aproveitavam do espaço político do qual gozavam para conquistar pequenas vitórias de seus projetos (Maia, 2010).

O burocrata orgânico

A política de gestão da natureza brasileira implementada pelo governo de Getúlio Vargas nas décadas de 1930 e 1940 fazia parte do projeto desenvolvimentista varguista e, como vimos, contou com a importante participação de técnicos e cientistas que trabalhavam em instituições científicas federais ou detinham cargos na burocracia estatal em seu processo de elaboração e implementação.¹ Nesse sentido, a trajetória profissional de Paulo Campos Porto foi exemplar. Em sua vida pública, o botânico ocupou uma série de funções voltadas para a produção do conhecimento sobre a flora nacional e a proteção do mundo natural.

Durante os primeiros anos da Era Vargas (1933-1938), Paulo Campos Porto ocupou um importante cargo na administração pública: o de diretor do Instituto de Biologia Vegetal (IBV) do MA. Esse alto cargo burocrático, embora pareça ter afastado Porto de suas atividades científicas, garantiu a sua circulação por alguns órgãos de perfil técnico-científico que participavam do projeto político de gestão da natureza: MA, IBV, JBRJ, Estação Biológica/Parque Nacional de Itatiaia (EBI/PNI), Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil (CFEACB) e Saeb. A política varguista de gestão da natureza foi de inspiração conservacionista e nacionalista e teve duas frentes de ação: planos de ocupação do território e legislação protecionista de uso dos recursos naturais. A inclusão da natureza no aparato legal do patrimônio nacional decorre dessa política e do seu entendimento como um bem público fundamental para os planos de desenvolvimento.

Ao se pensar a trajetória de um homem de ciência, pode surpreender o fato de, na própria instituição na qual esse ator desenvolveu sua carreira, a primeira lembrança sobre ele não ser acerca de seus feitos científicos, e sim sobre sua atuação na administração pública. Contudo, esse tipo de reação decorre de resquícios de uma já superada historiografia das ciências, que dava destaque aos “grandes vultos”, ou seja, os cientistas famosos, aqueles que deram contribuições essenciais ao progresso da ciência, os gênios rotulados como homens à frente de seu tempo. O objetivo da história não deve ser contar a vida de cientistas exemplares situados fora do complexo e contínuo fluxo de negociações entre indivíduos e contexto, como se a ciência não fosse uma atividade social. A exemplaridade deve ser analisada. Ciência (e cientistas) mantém relações estreitas e de interdependência com as esferas do político, do social, do econômico e do cultural. A partir desse entendimento, o estudo da trajetória de um homem de ciência, excepcional ou não, pode permitir a visualização e a compreensão de questões sociais (Figueirôa, 2001).

Assim, a dedicação de Porto ao universo da burocracia estatal não desmerece sua trajetória como a de um cientista a ser estudado, mas fortalece a sua atuação na política de governo como questão a ser analisada. É notório que, ao longo de sua trajetória, o botânico foi cada vez mais dedicando atenção à sua carreira burocrática em detrimento das atividades científicas. Durante a Era Vargas, gozou de um prestígio político administrativo que garantiu a sua circulação por alguns órgãos do governo, mais exatamente no âmbito do Ministério da Agricultura, e o seu papel como um dos articuladores do projeto político de gestão da natureza. Além disso, sua atuação como homem de Estado e o perfil das instituições que dirigiu como espaços onde a ciência e as pautas estatais estavam interligadas demonstram bem as nuances do conservacionismo na ocasião.

Ao buscar abordar o engajamento de Paulo Campos Porto na política varguista, inspirei-me no conceito gramsciano de “intelectual orgânico”. Antonio Gramsci refletiu sobre a função dos intelectuais no interior do conjunto das relações sociais da sociedade de classes e atribuiu a eles a conservação ou a construção de projetos hegemônicos de classe (Duriguetto, 2014). Na concepção do autor, os intelectuais eram formados no interior dos grupos sociais com os quais estabeleciam uma relação “orgânica”, uma vez que eram parte integrante desses grupos e tinham a função de representar seus interesses no conjunto da vida social. Além disso, os intelectuais conferiam a esses grupos, aos quais estariam organicamente conectados, homogeneidade e consciência, legitimando sua existência (Gramsci, 2001). Sem pretender me aprofundar na complexidade da discussão acerca dos intelectuais em Gramsci, é antes a imagem criada a partir dela, a do intelectual orgânico como aquele que coloca suas ideias a serviço dos interesses da classe ou do partido ao qual pertence, o que interessa ao meu argumento.² De modo análogo, penso o burocrata orgânico que busco ilustrar como alguém que, sendo um agente da administração pública, atua no seio do aparelho estatal de modo a conferir eficiência, sentido e legitimidade ao Estado do qual é um representante. E Paulo Campos Porto seria um exemplo perfeito desse arquétipo.

Defendendo os interesses do Estado propriamente dito (reforço aqui as diferenças entre Estado e os demais conceitos de nação e país), Paulo Campos Porto foi um propagandista das capacidades e das diretrizes estatais traçadas pelo governo varguista, tanto no Brasil quanto no exterior. Como exemplo, cito uma declaração dada em 1936, durante visita oficial à Argentina. Ao ser perguntado sobre a atual situação política do país, Porto respondeu com muito otimismo. Segundo ele, do ponto de vista econômico, não havia problema de desemprego, e sim de falta de mão de obra para sanar a necessidade das indústrias. Politicamente, o governo estaria bem consolidado e seria garantidor das liberdades individuais. A liberdade de opinião seria algo possível, desde que dentro do respeito exigido pelas leis (Plantará..., 15 nov. 1936).

Um aspecto forte do governo varguista era o uso da propaganda política para o seu fortalecimento e legitimação. Essa propaganda era trabalhada no sentido de impor os sentimentos oficiais que, embora fossem gerados na sociedade, eram redefinidos e reproduzidos nas mensagens propagandistas do governo. O Estado organizava os movimentos de difusão por meio de um corpo de funcionários que controlava a manifestação das emoções políticas, principalmente os sentimentos contrários ao regime (Capelato, 1996). As entrevistas dadas por Paulo Campos Porto, os discursos em solenidades, as homenagens prestadas ao Estado e ao chefe faziam parte desse cenário.

Em todas as instituições públicas em que atuou, Porto representou a aliança entre ciência e gestão da natureza como política pública. Foi também um porta-voz do Estado, homem de confiança do ministro da Agricultura, e por meio de seus projetos institucionais ficava evidente a homogeneidade e a coerência que conferia ao planejamento estatal. Paulo Campos Porto possuía total adesão ao projeto político, e, tal e qual o intelectual gramsciano, era um burocrata que mantinha relações orgânicas com o grupo social em que estava inserido – no seu caso, o Estado. Essa característica pode ser demonstrada a partir da sua circulação entre diferentes instituições públicas, algumas de caráter estratégico, e à continuidade de seu

padrão de atuação. Acredito que os direcionamentos dados à sua carreira e às instituições que dirigiu expressavam as diretrizes da aliança entre ciência e Estado que abrigou e configurou pensamento e ações conservacionistas durante a Era Vargas.

Na propaganda da agenda governamental: o Brasil nacional e pan-americano

Durante os primeiros anos como naturalista auxiliar do JBRJ, Paulo Campos Porto participou de expedições, publicou artigos, fez parte da comissão de redação dos *Arquivos do Jardim Botânico do Rio de Janeiro*, periódico institucional, e promoveu a reorganização do herbário. Além disso, durante esse período esteve fortemente empenhado na constituição da Reserva Florestal de Itatiaia (RFI) e, posteriormente, à frente da EBI.

A partir de 1930 e com a chegada de Vargas ao poder, o MA passou por um demorado processo de reformulação, com sucessivas mudanças como a extinção, suspensão e criação de diversos órgãos consecutivamente. Após esse processo, o JBRJ terminou permanecendo sob a tutela da referida pasta ministerial. No entanto, assim como a EBI, o estabelecimento passou a compor o IBV, criado em 1933. Portanto, a administração do JB e da EBI ficaram a cargo do diretor do IBV, posto que foi ocupado por Paulo Campos Porto. Ao IBV, inicialmente subordinado à Diretoria Geral de Pesquisas Científicas (DGPC) e depois ao Departamento Nacional da Produção Vegetal (DNPV), coube a tarefa de realizar a pesquisa e a experimentação relativas à produção de matérias-primas e substâncias alimentícias.

O cargo de diretor do IBV e a consequente direção do JBRJ garantiram que Porto circulasse por alguns órgãos que reforçavam a sua participação na construção da política de gestão da natureza do governo Vargas. Embora tenha sido acionado em 1932 pelo ministro da Agricultura Joaquim Francisco de Assis Brasil para compor a comissão que elaboraria a lei de fiscalização das expedições artísticas e científicas no Brasil, foi como representante do IBV que fez parte do órgão responsável por colocá-la em prática. Porto não participou da comissão composta para a elaboração do Código Florestal de 1934, mas o superintendente do JBRJ era um membro nato do Conselho Florestal Federal (CFF), órgão instituído por esse código. Do mesmo modo, teve um lugar assegurado na Comissão Executiva do PNI. Ademais, o cargo de diretor do IBV aumentava a proximidade com o ministro da Agricultura Odilon Braga e o presidente da República (Figura 2).

Enquanto foi diretor do IBV, Paulo Campos Porto dirigiu o JBRJ, e uma importante obra de sua primeira administração foi a reorganização da instituição. Esse projeto tinha como propósito deixar o JBRJ a par dos melhores congêneres existentes, e, ao mesmo tempo, preservar sua característica de jardim tropical. O trabalho fora iniciado por Porto ainda nos últimos anos da administração de Pacheco Leão (diretor entre 1915 e 1931), que lhe confiou essa missão. Ao assumir a direção do estabelecimento, o botânico pôde dar continuidade ao plano que idealizara. Procurou dar ao parque a feição de um instituto de ensino, fazendo com que a distribuição das plantas seguisse, o quanto fosse possível, um plano por meio do qual seriam agrupadas, primeiro, segundo as famílias, depois, segundo exigências ecológicas: plantas umbrófilas, plantas aquáticas, plantas epífitas, plantas ruprestres etc. Além disso, havia também o planejamento dos grupos regionais. Em 1935, já estavam prontos os da região amazônica e os da região nordestina e iniciado o da região



Figura 2: Foto tirada na ocasião da inauguração do PNI, em 14 de junho de 1937. Paulo Campos Porto é o primeiro à direita, ao lado de Getúlio Vargas (Acervo Museu do Meio Ambiente/Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro)

do cerrado (Silveira, 1935, p.15). Nesse sentido, o JBRJ estaria seguindo uma tendência de apresentação das plantas em seu *habitat*.

Um dos objetivos dessa nova apresentação era reforçar o aspecto do ensino da botânica para especialistas, como já vimos, mas também para o público em geral. A distribuição mencionada não proibia a organização de grupos especiais para embelezamento ou a localização de alguma espécie rara ou notável por alguma particularidade. Contudo, mesmo nesses casos, o agrupamento obedecia a uma orientação taxonômica: pérgolas de buganvílias, o roseiral, as folhagens etc. O objetivo era facilitar a apreciação das plantas em todos os seus aspectos, desde o morfológico até o econômico. Em 1935 existiam 5.105 espécies identificadas com indicações da nacionalidade e vantagens apresentadas. O periódico institucional que trazia essas informações destacava que as espécies correspondiam a 196 famílias e formavam uma das maiores exposições de plantas vivas em um jardim. Ressaltava ainda que o valor dessa coleção estava aumentado pelo fato de não serem apenas espécies nacionais, mas estrangeiras também, principalmente as utilizadas na vida econômica (Silveira, 1935, p.15).

Com a remodelação do MA no início da década de 1930, a criação do IBV e a consequente subordinação do JBRJ e da EBI a esse órgão, o periódico *Arquivos do Jardim Botânico* foi substituído pelos *Arquivos do Instituto de Biologia Vegetal*. Essa nova revista continuava com o objetivo anterior de divulgação dos trabalhos originais realizados pelos técnicos do instituto ou por outros cientistas. No entanto, segundo o editorial dos novos *Arquivos*, a subordinação do IBV à Diretoria Geral de Pesquisas Científicas lhe acarretava a missão, para a qual a

revista deveria contribuir, de investigar os fenômenos pertinentes à biologia, orientando suas pesquisas para os assuntos relacionados com a expansão, defesa e racionalização da agricultura brasileira (Lima, 1934).

Abordarei três eventos científicos promovidos por Paulo Campos Porto durante o primeiro período em que estive à frente do JBRJ (1933-1938): a primeira Reunião dos Fitopatologistas do Brasil, a primeira Reunião dos Anatomistas de Madeiras e, finalmente, a primeira Reunião Sul-americana de Botânica. Esses colaboraram para um perfil da instituição que evidenciava suas relações com as pautas governistas e destacam a atuação de Paulo Campos Porto na propaganda das diretrizes do Estado. Além disso, a partir desses eventos é possível pontuar como o conservacionismo esteve presente na política varguista por meio da aplicação de conhecimentos científicos para um melhor aproveitamento dos recursos naturais, nesse caso específico, na promoção da indústria agrícola. Os três eventos surgiram a partir de motivações científicas, foram organizados por homens de ciência e buscavam a aproximação entre os estudiosos dedicados a cada um dos temas. Receberam, todos, forte apoio do MA.

Em 1935, começou a ser organizada pelo JBRJ a primeira Reunião dos Fitopatologistas do Brasil. Essa reunião foi motivada pela necessidade de maior intercâmbio entre os especialistas dedicados a essa disciplina, que enfrentava numerosos problemas relativos a ensino, pesquisa e aplicação dos trabalhos. O objetivo era estabelecer um programa de trabalho que correspondesse às necessidades da agricultura brasileira. Desde a sua concepção, o ministro da Agricultura manifestou interesse em apoiar a oportuna realização. Assim, entre os dias 20 e 25 de janeiro de 1936, essa reunião ocorreu promovida pelo IBV por iniciativa do doutor Heitor V. da Silveira Grillo, assistente-chefe da Seção de Fitopatologia, e com o apoio do ministro da Agricultura, Odilon Braga.

Na solenidade de abertura, o ministro falou sobre a necessidade de um amplo trabalho de defesa das plantas que interessavam à economia brasileira e declarou ser importante para o governo o estudo das doenças que as atingiam. A importância dessa questão pode ser ratificada por meio dos artigos na área de fitopatologia publicados na *Rodriguésia*, outro periódico do JBRJ, incluindo relatórios acerca de estudos sobre moléstias que afetavam determinadas espécies e foram solicitados diretamente pelo ministro (Anais..., 1936).

A primeira Reunião dos Anatomistas de Madeiras ocorreu entre os dias 21 e 28 de setembro de 1936, no JBRJ, promovida pelo IBV e pela Seção Reflorestamento do Serviço de Irrigação, Reflorestamento e Colonização. Foi organizada a partir do reconhecimento da necessidade de se tratar da unificação, intensificação e aplicação prática dos estudos das estruturas das madeiras realizados no país. A iniciativa do congresso partiu dos doutores Fernando Romano Milanez e Arthur de Miranda Bastos, ambos pesquisadores do JBRJ. O discurso de Porto na abertura do evento foi no sentido de depositar esperanças no êxito do congresso e de que ele concorreria a favor de dias melhores para a exploração comercial de madeiras no Brasil. Trabalhos foram acompanhados por madeireiros e representantes de empresas que lidavam com madeiras, que ofereceram cooperação para desenvolver, em curto prazo, o estudo da estrutura das madeiras; o objetivo era dar a esses estudos uma aplicação prática que pudesse intensificar lucrativamente o comércio exportador. Ao fim do evento foram estabelecidas conclusões e recomendações que giravam em torno desse propósito (Anais..., 1937).

As conclusões foram a necessidade de uniformização dos métodos de estudo para facilitar a permuta do trabalho executado entre os especialistas. Por sua vez, todas as recomendações visavam estimular essa permuta. Foi sugerido buscar acordos com os interessados na indústria e no comércio de madeiras para obter auxílios em espécie, em material lenhoso ou em pessoal, para que o estudo anatômico pudesse ser intensificado. Também foi sugerida a criação de um serviço de identificação de madeiras no estado do Pará, importante centro exportador dessa matéria-prima. Merece destaque o título da conferência de encerramento do evento realizado por Antonio Reis, negociante de madeiras e representante do Centro de Materiais de Construção do Rio de Janeiro: “O que o Brasil precisa para transformar sua riqueza florestal em um objeto de exportação estável”. O conferencista falou sobre o início do comércio de exportação da madeira, por volta de 1912, do Pará a outros estados e ao exterior. Essa madeira substituiu o pinho americano, que era importado para construções e para a embalagem da borracha, produto de exportação. Para competir com os concorrentes, as firmas para as quais Antonio Reis trabalhava passaram a enviar seu material para exposições de madeira. Segundo ele, a partir daí ficou perceptível a necessidade da técnica na indústria e no comércio de madeiras. Conforme foram viajando pelo Brasil e pelo mundo encontraram entraves à sua atuação porque não eram capazes de responder às perguntas que lhes eram dirigidas e exigiam um conhecimento técnico especializado sobre a estrutura do lenho (Anais..., 1937).

O comerciante afirmou que o comércio das madeiras de espécies da Amazônia precisava ser reorganizado sobre bases técnicas. Atribuiu duas causas à queda da exportação da madeira paraense ocorrida a partir de 1930: a má seleção e a falta de classificação exata do produto. Segundo ele, o Brasil possuía uma riqueza florestal capaz de abastecer o mundo, “quase tudo que existia em essências florestais” (Anais..., 1937, p.353). E essa riqueza não era adequadamente explorada no país, o que era um grave atentado contra a economia nacional. A situação no Norte era ainda pior do que no Sul do Brasil, onde existia uma organização madeireira, no Paraná. Por fim, Antônio Reis apresentou o que considerava serem as dez medidas necessárias para transformar as riquezas florestais do Brasil num produto de exportação estável e conclamou os colegas do comércio madeireiro a colaborar com a realização dessa obra de organização técnica da indústria e do comércio das madeiras do Brasil que a “Reunião” prometia com os estudos propostos. Esse ponto é de especial relevância para minha argumentação. Nessa época, era destinado à ciência o papel de colaborar com o crescimento da economia e da indústria nacional a partir de estudos que levassem a uma exploração racional e efetiva dos recursos naturais (Anais..., 1937).

A análise da primeira Reunião de Anatomistas de Madeira, a partir dos anais do evento, ratifica a existência de uma aliança entre propósitos científicos e interesses comerciais. Se a indústria madeireira necessitava de orientações técnicas para promover o comércio de seus produtos, as instituições científicas necessitavam de auxílios em espécie ou em material a ser examinado para a intensificação dos estudos anatômicos. Além disso, uma demanda social que justificava os estudos realizados garantia apoio financeiro e espaço no projeto político. O discurso solicitando todo o tipo de ofertas e colaboração era uma constante. Não raro o JBRJ recebia doações de empresas que comerciavam flores ornamentais. Sobre essa visão da natureza como recurso, reproduziremos a seguir um trecho da referida

conferência que representava antes um pensamento que era a regra e não exceção quanto ao entendimento social da natureza:

Não sei fazer lirismo em torno da nossa floresta. Encaro-a também, é certo, como um ornamento da nossa paisagem, um deleite do nosso espírito. Como os outros, sinto o seu perfume, a fragrância das suas flores. Tenho-lhe ouvido até os gemidos de dor. Mas, se algumas vezes lhe senti os bafejos da felicidade, em outras, dela senti as agruras das desgraças que ela me provocou. Vejo-a com os olhos da alma, mas sentindo ao mesmo tempo as naturais necessidades do estômago. Encaro a árvore como fator de primeira grandeza para a riqueza nacional, e objetivei-a como tema desta palestra, visando-a unicamente sob o prisma econômico (Anais..., 1937, p.350).

Todo o pensamento desenvolvido por esse comerciante foi ilustrativo da ideia de natureza como recurso a ser racionalmente explorado para a obtenção de riquezas. Optei por trazer de maneira detalhada o que foi dito nessa fala, pois considerei extremamente representativo o fato de um representante do setor madeireiro ter sido escolhido para apresentar a conferência de encerramento do evento científico. Foi representativo tanto das demandas e dos setores sociais envolvidos em sua realização, como revelador do papel social de uma instituição científica como o JBRJ naquele momento da história do país e no projeto de desenvolvimento.

A primeira Reunião Sul-americana de Botânica foi, entre os três eventos científicos mencionados, o que atingiu maiores proporções. Esse congresso científico reuniu botânicos sul-americanos e foi realizado em 1938, entre os dias 12 e 19 de outubro, no JBRJ. Foi uma iniciativa de Paulo Campos Porto, então diretor do IBV, e dos professores Alberto Castellanos e Fernando Rosa Mato, do Museu de História Natural de Buenos Aires e de Montevideú, respectivamente.

Um dos principais objetivos do evento era estabelecer a aproximação intelectual dos que se dedicavam à botânica no continente sul-americano e congregar seus esforços no melhor conhecimento da flora continental, bem como dos demais aspectos das ciências biológicas a ela relacionados. É interessante notar que, embora o principal objetivo fosse a troca de conhecimentos científicos e o conagraçamento de cientistas que se dedicavam a uma mesma especialidade, propostas típicas de congressos dessa natureza, a produção de conhecimento em ciência aplicada também foi discutida. Nesse sentido, ressaltamos que a comissão organizadora da reunião recebeu, ainda durante a fase de preparação do evento, grande apoio do MA. Na sessão de abertura, o ministro Odilon Braga, da referida pasta, declarou o anseio de que os trabalhos realizados durante o congresso resultassem em contribuições não apenas à ciência pura, mas, principalmente, à ciência aplicada que serviria de perto aos interesses vitais e econômicos. O mundo vegetal do continente deveria ser estudado sob todos os pontos de vista que pudessem interessar à ciência, à vida e à economia (Brasil, 1938).

Esse ponto estava em consonância com o ideal de desenvolvimento da indústria agrícola a partir do emprego de técnicas racionais e científicas. Era esperado que a realização de pesquisas agronômicas, que pudessem ser aplicadas aos campos e às classes rurais, estabelecesse uma base científica que fornecesse orientação segura aos métodos de fomento e defesa da produção agrária. Contudo, reforço que essa associação entre ciência e agricultura,

embora estivesse fortemente presente na política de governo durante a Era Vargas, não era propriamente uma novidade desse período.

A primeira Reunião Sul-americana de Botânica recebeu o total de 256 adesões e 130 trabalhos, dela participando vinte delegações estrangeiras. Além da participação dos botânicos sul-americanos, foram enviados também convites a instituições de outros continentes, que corresponderam enviando representantes ao congresso. As sessões plenárias e técnicas foram realizadas na sede do Instituto de Biologia Vegetal e no Museu Nacional, e a comissão organizadora estabeleceu um programa que contemplava também excursões a zonas florísticas dos arredores do Rio de Janeiro, como Petrópolis e Cabo Frio. Participaram da primeira Reunião Sul-americana de Botânica as seguintes instituições: Academia Brasileira de Ciências, Academia Colombiana de Ciências Exactas, Físicas y Naturales, Asociación de Ingenieros Agronomos (Montevideu – Uruguai), Dirección de Agronomía del Ministerio de Ganadería y Agricultura (Uruguai), Escola Nacional de Agronomia (Rio de Janeiro – Brasil), Escola Superior de Agricultura do Estado do Rio de Janeiro (Niterói – Brasil), Escuela de Agricultura Tropical (Bogotá – Colômbia), Facultad de Agronomía (Uruguai), Instituto de Botânica de la Facultad de Ciencias Médicas (Argentina), Instituto Central de Fomento Económico da Bahia (Salvador – Brasil), Instituto Experimental de Investigación y Fomento Agrícola (Argentina), Instituto Geológico del Uruguai, Instituto Nacional de Tecnología (Rio de Janeiro – Brasil), Instituto Oswaldo Cruz (Rio de Janeiro – Brasil), Jardim Botânico (Alemanha), Laboratorio de Ciencias Biológicas del Ministerio de Salud Pública (Uruguai), Museu Goeldi (Pará – Brasil), Museu de História Natural (Uruguai), Muséum D’Histoire Naturelle (Paris – França), Museu Nacional do Rio de Janeiro, Sociedade Brasileira de Agronomia, Sociedad de Ciencias del Paraguay, Sociedad Científica Argentina, Sociedad de Geografía do Rio de Janeiro, Sociedad Linneana de Montevideo, entre outras (Brasil, 1938). Nota-se que a participação de instituições voltadas para o desenvolvimento agrícola, pesquisas agrônômicas e fomento econômico ocorreu de forma expressiva.

Durante o evento foram apresentadas propostas relativas à criação de um sistema de coordenação das atividades botânicas sul-americanas. Os objetivos eram assegurar maior unidade aos trabalhos de sistemática da flora sul-americana, proporcionar aos seus estudiosos maior facilidade no reconhecimento das espécies já descritas e racionalizar a documentação que deveria servir para os futuros estudos fitogeográficos das diversas regiões da América do Sul. Paulo Campos Porto, juntamente com Alberto Castellanos, sugeriu a criação, em todas as repúblicas sul-americanas, de órgãos de fiscalização que regulamentassem as explorações em seus territórios. Segundo eles, essa proposta tinha como objetivo a defesa do patrimônio natural e científico dos países sul-americanos, pois “tornavam-se cada vez mais frequentes as explorações em seus territórios e nem sempre com finalidade científica” (Brasil, 1938, p.107). Aos governos caberia regulamentar tais explorações e coibir sua realização sem prévio conhecimento ou permissão por parte deles. Desse modo, evitariam a exportação de quaisquer espécimes botânicos, zoológicos, mineralógicos, paleontológicos e arqueológicos sem licença prévia. Deveriam ainda tornar obrigatório que fossem deixados nos países de origem as duplicatas de todo o material coligido e proibida a saída de exemplares únicos ou raros (Brasil, 1938).

Durante a primeira Reunião Sul-americana de Botânica, Paulo Campos Porto propôs ainda que fosse sugerida aos governos sul-americanos a adoção de algumas medidas, como a

criação de jardins botânicos regionais, destinados ao estudo, aplicação e divulgação da flora nacional e das espécies aclimatadas ou aclimatáveis; a criação de estações biológicas que seriam voltadas para a investigação *in loco* dos fatos da vida vegetal relativos às adaptações de que resultassem as associações florísticas, para as alterações decorrentes da mudança de *habitat* e para a disposição geobotânica das espécies; e a criação de reservas. Estas últimas seriam representações vivas e naturais da vegetação característica de determinadas “regiões florísticas” e seriam de conservação perene e inalienáveis. Na argumentação das propostas que apresentou, o botânico destacou trabalhos até então realizados ou planejados pelo IBV no sentido da concretização das reservas no contexto nacional (Brasil, 1938).

Se na política interna Paulo Campos Porto expressava o seu alinhamento com o governo a partir da agenda elaborada para o IBV, não era diferente no que se referia a sua atuação e ao papel que lhe foi atribuído no cenário internacional. Num contexto de fortalecimento do pan-americanismo, um ideal e movimento que defendia a solidariedade, aliança política e cooperação econômica, cultural e militar entre os países da América, Porto atuou quase como um diplomata. Nas viagens que realizou aos países vizinhos propagandeou os recursos econômicos e as possibilidades de gerência do governo brasileiro. Além disso, realizou tentativas de aproximação e colaboração entre os botânicos sul-americanos, como evidenciou a realização da primeira Reunião Sul-americana de Botânica.

Pensando na política externa brasileira durante os primeiros anos da Era Vargas, o país não teve problemas de reconhecimento internacional após a revolução de 1930 e buscou uma política de conciliação na América Latina. Teve uma atuação diplomática em questões regionalmente delicadas, como no reatamento de relações entre Peru e Uruguai, no conflito de fronteiras entre Peru e Colômbia (Questão de Letícia) e na Guerra do Chaco, entre Bolívia e Paraguai. Antigas rivalidades com a Argentina foram amenizadas, e uma troca de visitas entre os presidentes dos dois países ocorreu numa demonstração do desejo de aproximação entre os países do continente, sobretudo buscando proteção contra possíveis agressões externas. Como prova do fortalecimento do pan-americanismo foi assinado, em 10 de outubro de 1933, por sugestão do ministro das Relações Exteriores argentino Saavedra Lamas, o tratado antibélico, de não agressão e conciliação. Além de Argentina e Brasil, aderiram a esse tratado Chile, México, Paraguai e Uruguai (D’Araújo, 1997, p.53).

Como um homem do Estado, Paulo Campos Porto esteve envolvido nessa política de aproximação entre as nações americanas. Participou de viagens oficiais acompanhando o ministro da Agricultura Odilon Braga e como representante do governo brasileiro. Nessas viagens visitou instituições, participou de solenidades e concedeu entrevistas. Em 1935, Paulo Campos Porto fez parte da comitiva que acompanhou Odilon Braga em viagem para Argentina e Uruguai para a inauguração das exposições de gado em Palermo e em Prado. Nessa ocasião, visitou institutos congêneres nos dois países e também no Rio Grande do Sul. Em entrevista concedida ao jornal argentino *El Debate*, o ministro Odilon Braga afirmou que esperava uma frutífera aplicação dos conhecimentos adquiridos nos dois países visitados. Segundo Odilon Braga, o interesse não estava apenas no caráter pastoril dessas regiões, pois, em sua companhia, viajavam pessoas capacitadas para vislumbrá-las por outros aspectos. Nesse sentido, citou Paulo Campos Porto, que estaria pensando num estudo detalhado dos jardins botânicos de Buenos Aires e Montevidéu (Uma entrevista..., 27 ago. 1935).

Em 1936, Paulo Campos Porto esteve na Argentina para a inauguração da exposição de orquídeas enviadas pelo governo brasileiro, que contou com a presença do presidente argentino e diversas autoridades. As flores foram doadas à Sociedad de Beneficencia de la Capital para ser vendidas em benefício desta instituição. Nessa viagem, participou ainda da inauguração do Jardim de La Paz, em La Plata, e realizou estudos acerca da organização dos parques nacionais argentinos. Visitou o Parque Nacional de Nahuel-Huapy. Considerou a organização desse parque um modelo, destacando que sua flora e sua fauna eram objetos de atenções especiais sem prejuízo do caráter turístico do parque. Segundo o botânico, ao retornar dessa viagem, ele teria procurado o MA para mostrar a necessidade de criação de parques nacionais no Brasil.

Conforme mencionado, a primeira Reunião Sul-americana de Botânica estava incluída nesse mesmo contexto de aproximação das nações americanas. Além de ter sido uma iniciativa de um cientista brasileiro em parceria com dois cientistas estrangeiros, um uruguaio e um argentino, tinha como um dos principais objetivos a realização de ações conjuntas promovidas por botânicos sul-americanos. Propostas, como a criação de uma coordenação sul-americana de pesquisa, buscavam garantir que os resultados alcançados circulassem entre os participantes de diferentes países e que os trabalhos realizados se complementassem, promovendo, assim, o conhecimento da flora continental e suas aplicações.

Na mesma perspectiva de cooperação, podemos incluir a sugestão apresentada por Paulo Campos Porto de que fossem criados órgãos fiscalizadores em cada um dos países do continente, com o propósito de garantir o controle das explorações realizadas em seus territórios e em defesa do patrimônio natural e científico dos países sul-americanos. A justificativa era de que estes cada vez mais sofriam incursões motivadas por interesses de finalidade não científica. Assim, a fiscalização iniciada em um dos países teria continuidade mesmo fora de suas fronteiras, constituindo uma defesa continental a uma possível ameaça externa, o que estava em consonância com os princípios ideológicos do pan-americanismo do período.

O IBV foi extinto em consequência da criação do Serviço Florestal Federal (SFF) no mesmo decreto-lei n.982 de 23 de dezembro de 1938. O novo órgão era composto pelas Seções de Botânica (JBRJ), de Silvicultura, de Tecnologia de Produtos Florestais e de Parques Nacionais (Comissão..., 1939, p.1). Essa reforma do MA, que acabou por transformar o JBRJ em uma seção do recém-criado SFF, ocorreu em um momento no qual Paulo Campos Porto estava sendo afastado de seu cargo para a realização de investigações que apurariam denúncias feitas por Adolpho Ducke, outro importante botânico da instituição.

Embora tenha tomado consideráveis proporções, tendo sido noticiado e discutido pela imprensa, esse episódio não ficou totalmente esclarecido. Em linhas gerais, Adolpho Ducke apresentou denúncias contra a administração de Paulo Campos Porto, que pediu afastamento do cargo para não prejudicar as investigações. Foi aberto um inquérito, e, meses depois, o processo foi arquivado, pois nenhuma das acusações foi comprovada. O denunciante foi suspenso de suas funções por acusar sem provas, e Paulo Campos Porto também foi suspenso por ter se excedido em sua defesa, empregando linguagem violenta. Tal episódio e seus desdobramentos chegaram a ser apontados como precipitadores da

transformação do JBRJ em “uma simples seção do Serviço Florestal” (Simples..., 4 ago. 1939, p.7), tendo esse ato sido compreendido como uma diminuição para a instituição. O *Jornal do Comércio*, de 12 de março de 1940, informou que Adolpho Ducke havia pedido ao chefe do governo o cancelamento da pena de três meses de suspensão que lhe foi imposta pelo ocorrido. Assim, o presidente da República proferiu despacho revogando as penalidades impostas a Ducke e a Paulo Campos Porto (Várias notícias, 12 mar. 1940). No entanto, Porto permaneceria afastado do JBRJ por mais de uma década.

A verdade é que, durante 1938 e 1939, Paulo Campos Porto se afastou, ou foi afastado, dos órgãos de que fazia parte, além do JBRJ. Em 1938, deixou de fazer parte do CFF. Contudo, em repetidas oportunidades, o botânico já havia manifestado a opinião de que era difícil manter o seu compromisso com o referido órgão por conta das atribuições advindas dos cargos que ocupava. Com a extinção do IBV, perdeu o cargo de diretor, o que pode justificar o afastamento da presidência do CFEACB, em 1939, pois o seu cargo nesse órgão era como representante do IBV.

Há dois fatos que não podemos ignorar como possíveis causas do que pode ser considerado um enfraquecimento político do botânico. Primeiro, é o afastamento do ministro da Agricultura Odilon Braga. Com a instauração do golpe político de Getúlio Vargas, Odilon Braga, que se opôs veementemente a essa situação, foi afastado do governo. Paulo Campos Porto tinha uma relação de grande proximidade e um canal direto de comunicação com o então ex-ministro da Agricultura e pode ter ficado sem bases de sustentação nos cargos que ocupava, todos pertencentes ao referido ministério. O outro fato é que, mesmo tendo sido até então partidário do governo Vargas (também não encontramos nenhuma manifestação sua contrária ao golpe), pode ter perdido espaço político nas mudanças administrativas ocorridas no período pós-1937.

Contudo, há um terceiro fator a ser levado em consideração numa tentativa de explicar o fim do IBV. A extinção do órgão ocorreu justamente num momento da Era Vargas no qual a atenção começava a ser voltada verdadeiramente para o desenvolvimento industrial. Ainda que a industrialização fosse uma das diretrizes do projeto político varguista, os esforços nesse sentido só foram recrudescidos a partir dos últimos anos da década de 1930. A partir dessa perspectiva, a reformulação da pasta ministerial que extinguiu o IBV e criou o SFF não teria nada a ver com crises internas no JBRJ ou querelas políticas envolvendo Paulo Campos Porto. Seria fruto da política de governo que demandou reformas em um dos ministérios de modo a corresponder aos interesses e prioridades do Estado.

Em finais de 1938, foi criado na pasta o Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas (CNEPA), para reunir, em um só local, os estabelecimentos de ensino e pesquisas agrícolas, e o JBRJ ficou fora. Em torno da agronomia e das instituições dessa natureza passaram a ser concentrados os esforços de desenvolvimento agrícola.

As coisas da natureza: esforço de guerra e marco nacional

Em finais de 1942, Paulo Campos Porto assumiu a Saeb. Porto, que até essa ocasião encontrava-se cedido ao Ministério das Relações Exteriores (MRE), foi nomeado para o cargo em 28 de novembro de 1942 e tomou posse em 11 de dezembro de 1942, numa

cerimônia presidida pelo interventor federal do estado Renato Aleixo Pinto. Este assumiu como interventor do estado da Bahia em novembro de 1942, cargo que ocupou até 1945. No discurso que pronunciou na cerimônia de posse de Campos Porto, Aleixo Pinto justificou a escolha do botânico pelo desejo de colocar à frente da Saeb “um técnico renomado” que pudesse desenvolver o programa necessário ao cumprimento dos propósitos do órgão.

Paulo Campos Porto assumiu as funções de seu cargo alguns meses depois da entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial. O governo varguista, que até então adotava uma postura de neutralidade, ingressou no conflito em finais de agosto de 1942 em reação a ataques sofridos por navios brasileiros mercantes e de passageiros, e devido também à crescente pressão internacional por um posicionamento. No âmbito dos Acordos de Washington, como ficou conhecida uma série de acordos assinados em 1942 e 1943 pelos governos brasileiro e norte-americano, foi acertado o fornecimento de certas matérias-primas brasileiras à indústria norte-americana como, por exemplo, ipecacuanha, aniagem, lintens de algodão, timbó, babaçu, mamona, borracha manufaturada, café, cacau, castanha-do-pará, cristal de rocha, mica, rutilo, flores de piretro, cera de carnaúba, cera de urucuri (Verbete..., s.d.). Sendo assim, além de posteriores ações militares, nesse período foi iniciada uma mobilização geral e foram tomadas providências para o aumento da produção agrícola e da indústria extrativa, sobretudo de matérias-primas estratégicas a ser enviadas aos países aliados (Seitenfus, 2003).

No Brasil, buscou-se então o desenvolvimento de culturas tropicais que contribuíssem para o esforço de guerra, como timbó e seringueira. O país atuou também como fornecedor de gêneros alimentícios para os EUA. Em 15 de fevereiro de 1943, foram publicadas, no *Diário Oficial da União*, instruções de execução do acordo firmado entre o Brasil e os EUA para a produção de gêneros alimentícios. Essas instruções estabeleciam algumas providências que deveriam ser tomadas no Norte e no Nordeste brasileiros: assistência técnica para o aumento e a melhoria da produção dos gêneros alimentícios de origem animal e vegetal; aumento dos recursos das Divisões de Fomento da Produção Vegetal e Animal; elaboração de planos, assistência técnica a execução de obras de irrigação, drenagem e conservação do solo; colaboração na resolução dos problemas de beneficiamento, armazenagem, conservação e distribuição dos produtos alimentícios; assistência técnica e financeira à colonização agrícola e melhoria das condições de nutrição das populações nas áreas de execução do Acordo (Diário..., 15 fev. 1943, p.2139). Os projetos resultantes dos Acordos de Washington ampliaram as relações comerciais com os norte-americanos e permitiram a ascensão da influência cultural e econômica dos EUA sobre o Brasil (Nogueira, 1999; Campos, 2006; Garfield, 2009).

A Saeb, durante a administração de Paulo Campos Porto, buscou intensificar a produção agrícola e colaborou com a organização da produção nacional. Em resposta a solicitações do MA, que visava orientar um plano de expansão agrícola nacional, foram realizados levantamentos sobre os municípios baianos produtores de feijão, milho, arroz, amendoim, mamona, mandioca, batatas e carnaúba. A pasta ministerial pedia, e obteve resposta, para que fossem indicados os municípios que poderiam aumentar imediatamente sua capacidade de produção caso fosse facilitado o transporte e assegurado um preço adequado para a aquisição (Correspondências..., s.d.). Uma questão séria enfrentada pelo Estado quando

Porto assumiu a pasta da agricultura era o problema da falta de abastecimento da carne verde. A partir de um relato apresentado pelo secretário de Agricultura ao interventor do estado com os resultados de uma comissão debruçada sobre o problema de abastecimento da carne verde foi possível identificar algumas causas da escassez do produto. De acordo com tal documento, a Bahia até então sempre havia dependido da importação de gado vivo vindo de outros estados. Minas Gerais, que era o maior fornecedor, passou a priorizar outros mercados. Outros fatores que contribuíam para a escassez do produto eram a paralisação da importação de outros gêneros alimentícios de consumo habitual da população, incluindo substitutos para a carne por conta da interrupção quase completa das linhas marítimas, e o crescimento do consumo do produto (Correspondências..., s.d.). Seguindo os objetivos da Secretaria de Agricultura, durante os anos em que esteve à sua frente, Porto se empenhou na resolução do problema de abastecimento da carne verde por meio de ações como a regulamentação do comércio de gado e a organização do mercado de carnes.

Em relação aos anos em que Paulo Campos Porto esteve dirigindo a Saeb, uma questão interessante é que, em muitos documentos consultados acerca desse período, o botânico foi mencionado como agrônomo. Embora essa classificação apareça também em outros poucos documentos analisados que não os referentes à sua atuação na Bahia, estes costumam datar da década de 1940 em diante, portanto, após sua passagem pela Secretaria de Agricultura desse estado. Não tenho informações de que Paulo Campos Porto tenha frequentado uma escola superior de agricultura.

Durante a década de 1940, era forte o discurso que atribuía às ciências agrícolas a capacidade de constituir sólida base científica que oferecesse orientação aos métodos de fomento e defesa da produção agrária, e os agrônomos ou engenheiros agrônomos eram os profissionais capacitados para racionalizar a produção. Ocorria o processo de reconhecimento federal das ciências agrícolas, que pautou sua entrada como área autônoma no campo das ciências no país. Assim, a partir de 1934, o governo federal, por meio do MA, passou a dirigir a organização e padronização do ensino superior agrícola, o registro dos diplomas de agrônomos e engenheiros agrônomos e a regulamentação da profissão. Além disso, o ensino e a pesquisa agrícola foram concentrados em instituições agronômicas. Essa mudança resultou da especialização das ciências agrícolas, que, na ocasião, deixavam de estar restritas às aplicações científicas oriundas das ciências naturais como a botânica (Oliver, 2005).

A partir daí, o próprio MA passou a ter muitos de seus quadros técnicos ocupados por agrônomos. Do mesmo modo, na Saeb, durante o período em que Porto dirigiu a pasta, além da presença do discurso acerca da importância da agronomia para o desenvolvimento agrícola, era exigido que muitos serviços fossem dirigidos por agrônomos ou engenheiros agrônomos (Estado da Bahia, 3 jan. 1943). A partir da documentação administrativa da secretaria também é possível perceber que muitos documentos haviam sido produzidos por agrônomos ou faziam menção a atuação desses profissionais.

Durante sua passagem pela administração pública na Bahia, Porto se envolveu na criação do Parque Monumento Nacional de Monte Pascoal. No dia 19 de abril de 1943, aniversário de Getúlio Vargas, foi publicado no *Diário Oficial do Estado da Bahia* o decreto-lei n.12.729, que criou o parque e fez parte das homenagens do governo baiano ao presidente. De acordo

com o decreto-lei, o parque foi instituído com prerrogativas de monumento nacional para servir de marco à unidade nacional e ficou diretamente subordinado à Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio da Bahia, sob administração do Departamento de Terras e Proteção à Natureza desse mesmo órgão. Os objetivos do Parque Monumento Nacional de Monte Pascoal, criado numa região do município de Porto Seguro, eram rememorar o fato histórico do descobrimento do Brasil, preservar a flora e fauna típicas da região, segundo normas científicas, conservar as belezas naturais e promover a organização de serviços e atrativos que pudessem desenvolver o turismo (Estado da Bahia, 19 abr. 1943).

A primeira proposta de proteção da área do parque foi feita na década de 1930 pela comissão presidida por Bernardino José de Souza e nomeada pelo governo federal com o encargo de determinar o ponto onde ocorreu o “descobrimto” do Brasil. A concretização dessa proposta teria sido o Parque Monumento Nacional de Monte Pascoal, criado pelo decreto em 19 de abril de 1943. No entanto, embora a criação do parque em 1943 tenha sido noticiada pela imprensa, não são conhecidos indícios que confirmem que tenha sido efetivamente instalado na década de 1940. A transformação efetiva da região no Parque Nacional de Monte Pascoal só ocorreu em 1961, por meio do decreto federal n.242, de 29 de novembro. Nem o decreto de criação do parque nacional em 1961 faz referências à existência de um antecessor (Brasil, 1961).

Considerações finais

Durante a Era Vargas, o botânico Paulo Campos Porto participou da elaboração e implementação da política de gestão da natureza, que fazia parte do projeto desenvolvimentista. O período em que administrou pela primeira vez o JBRJ, estando à frente do IBV, e os anos em que assumiu a Saeb são reveladores do papel desempenhado por técnicos e cientistas no empreendimento varguista e da própria atuação do botânico como executor e propagandista do projeto político e dos planos traçados para a natureza brasileira.

Era esperado que a natureza, entendida como recursos naturais, servisse de esteio para o desenvolvimento da nação. Nesse sentido, à ciência cabia a função de guiar o Estado para a promoção do aproveitamento racional da natureza brasileira. Em consonância com as premissas do conservacionismo, tratava-se de explorar cada vez mais e da melhor maneira possível, empregando técnicas adequadas e conhecimentos que tornassem possível o aumento da produtividade e o não esgotamento dos recursos naturais.

Homens de ciência como Paulo Campos Porto foram sujeitos importantes nesse planejamento. Em sua maioria, eram adeptos do movimento conservacionista da primeira metade do século XX no Brasil e compartilhavam a ideia de que o patrimônio natural brasileiro era a maior fonte de riqueza da nação, devendo ser utilizado a partir de um programa de exploração racional. Participaram da elaboração de um programa de proteção à natureza no qual esta desempenhava um papel estratégico, pois seu uso seria um meio de elevação da nação a um nível de modernização e desenvolvimento superiores. Esse tipo de pensamento poderia resumir toda a política voltada para a natureza elaborada e constituída durante o governo Vargas.

O IBV dirigido por Porto foi um órgão importante do MA na década de 1930. A ele cabia a tarefa de realizar a pesquisa e a experimentação relativas à produção de matérias-primas e substâncias alimentícias. Esteve subordinado à DGPC e depois ao DNPV. O IBV articulava um conjunto de instituições, do qual fazia parte o JBRJ, que deveria tornar possível o estudo racional e sistemático das ciências naturais.

Ao assumir a Saeb, órgão que capitaneava o processo de institucionalização da agronomia como campo científico que levaria à recuperação da agricultura na Bahia, Porto seguiu seus esforços em prol da aliança entre ciência e Estado para o fomento da produção agrícola nacional. A passagem pela Saeb e a criação do Parque Monumento Nacional de Monte Pascoal, em homenagem a Vargas, também demonstram o prestígio político do qual o botânico gozou e retribuiu durante o período da história política do país abordado neste artigo. Paulo Campos Porto foi uma figura dos bastidores, um técnico a serviço de um projeto político. No entanto, exerceu esse papel em um momento no qual a ciência e os cientistas eram considerados molas propulsoras do projeto desenvolvimentista da Era Vargas.

NOTAS

¹ Sobre a política varguista de gestão da natureza brasileira, ver Casazza (2017).

² Para um conhecimento mais aprofundado do pensamento gramsciano e da formulação da ideia de intelectual orgânico, ver Gramsci (2001).

REFERÊNCIAS

ANAIS...

Anais da primeira Reunião dos Anatomistas de Madeira. *Rodriguésia*, v.3, n.11, p.302-386. 1937.

ANAIS...

Anais da primeira Reunião de Fitopatologistas do Brasil. *Rodriguésia*, v.2, n. esp., p.1-366. 1936.

BRASIL.

Decreto n.242, de 29 de novembro de 1961. Cria o Parque Nacional do Monte Pascoal e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/historicos/dcm/dcm242.htm>. Acesso em: 13 fev. 2020. 1961.

BRASIL.

Ministério da Agricultura. *Anais da primeira Reunião Sul-americana de Botânica*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura. 1938.

CAMPOS, André Luiz Vieira de.

Políticas internacionais de saúde na Era Vargas: o Serviço Especial de Saúde Pública, 1942-1960. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz. 2006.

CAPELATO, Maria Helena.

Propaganda política e construção da identidade nacional coletiva. *Revista Brasileira de História*, v.6, n.31-32, p.328-352. 1996.

CASAZZA, Ingrid Fonseca.

Proteção do patrimônio natural brasileiro: ciência, política e conservacionismo na trajetória do botânico Paulo Campos Porto (1914-1961). Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro. 2017.

CASAZZA, Ingrid Fonseca.

O Jardim Botânico do Rio de Janeiro: um lugar de ciência (1915-1931). Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro. 2011.

COMISSÃO...

Comissão de Redação. *Rodriguésia*, v.4, n.12, p.1. 1939.

CORRESPONDÊNCIAS...

Correspondências e documentos administrativos. Documentação da Secretaria da Agricultura do Estado da Bahia (Arquivo Público do Estado da Bahia, Seção de Arquivo Republicano, Salvador). s.d.

D'ARAÚJO, Maria Celina.

A Era Vargas. São Paulo: Moderna. 1997.

DIÁRIO...

Diário Oficial da União. Seção 1, p.2139. 15 fev. 1943.

DUARTE, Regina Horta.

A biologia militante: o Museu Nacional, especialização científica, divulgação do conhecimento e práticas políticas no Brasil – 1926-1945. Belo Horizonte: Editora da UFMG. 2010.

DURIGUETTO, Maria Lúcia.

A questão dos intelectuais em Gramsci. *Serviço Social e Sociedade*, n.118, p.265-293. 2014.

ESTADO DA BAHIA.

Decreto-lei n.12.729 de 19 de abril de 1943.

Estados Unidos do Brasil. *Diário Oficial do Estado da Bahia*. 19 abr. 1943.

ESTADO DA BAHIA.

Decreto-lei n.12.629 de 31 de dezembro de 1942.

Estados Unidos do Brasil. *Diário Oficial do Estado da Bahia*, Atos do Poder Executivo. 3 jan. 1943.

FIGUEIRÔA, Sílvia F. de M.

Para pensar a vida de nossos cientistas tropicais. In: Heizer, Alda; Videira, Antonio Augusto Passos. *Ciência, civilização e império nos trópicos*. Rio de Janeiro: Access. p.235-246. 2001.

FRANCO, José Luiz de Andrade; DRUMMOND, José Augusto.

Proteção à natureza e identidade nacional no Brasil, anos 1920-1940. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz. 2009.

GARFIELD, Seth.

A Amazônia no imaginário norte-americano em tempo de guerra. *Revista Brasileira de História*, v.29, n.57, p.19-65. 2009.

GRAMSCI, Antonio.

Cadernos do cárcere. v.2. Ed. trad. Carlos Nelson Coutinho; coed. Luiz Sérgio Henriques, Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2001.

LIMA, Ângelo da Costa.

Prefácio. *Arquivos do Instituto de Biologia Vegetal*, v.1, n.1, p.1. 1934.

MAIA, João Marcelo Ehlert.

As ideias que fazem o Estado andar: imaginação espacial, pensamento brasileiro e território no Brasil central. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, v.53, n.3, p.621-655. 2010.

NOGUEIRA, Eliana.

Emergência, institucionalização e estado atual da botânica brasileira: as relações nacionais e

internacionais. Tese (Doutorado) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 1999.

OLIVER, Graciela de Souza.

O papel das escolas superiores de agricultura na institucionalização das ciências agrícolas no Brasil, 1930-1950: práticas acadêmicas, currículos e formação profissional. Tese (Doutorado em Ensino e História de Ciências da Terra) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2005.

PÁDUA, José Augusto.

Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888). Rio de Janeiro: Zahar. 2004.

PLANTARÁ...

Plantará dos gajos de ipe en el jardin de la paz platense: en el Brasil es arbol de tradiciòn. *Crítica*, 15 nov. 1936.

SEITENFUS, Ricardo.

O Brasil vai à guerra: o processo do envolvimento brasileiro na Segunda Guerra Mundial. Barueri: Manole. 2003.

SILVEIRA, F. Rodrigues da.

O Jardim Botânico do Rio de Janeiro. *Rodriguésia*, v.1, n.1, p.15. 1935.

SIMPLES...

Simple Secção do Serviço Florestal: consequência inesperada de um lamentável desentendimento – uma diminuição para o Jardim Botânico do Rio de Janeiro. *O Imparcial*, v.5, n.1290, p.7. 4 ago. 1939.

UMA ENTREVISTA...

Uma entrevista do Sr. Odilon Braga a “El Debate”. *O Jornal*, p.13. 27 ago. 1935.

VÁRIAS NOTÍCIAS.

Jornal do Commercio, p.4. 12 mar. 1940.

VERBETE...

Verbete Acordos de Washington. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/washington-acordos-de>>. Acesso em: 12 jun. 2017. s.d.

